



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de posse de Luís Inácio Adams no cargo de Advogado-Geral da  
União**

**Palácio Itamaraty, 23 de outubro de 2009**

Meu caro presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes,  
Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa  
Civil,

Companheiros ministros aqui presentes,

Meu caro Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União, e sua  
senhora, Raquel Dias,

Meu caro Roberto Gurgel, procurador-geral da República,

Meu caro Toffoli, ex-advogado-geral da União e futuro ministro da  
Suprema Corte,

Companheiros parlamentares aqui presentes,

Jornalistas,

Membros da Advocacia-Geral da União,

Primeiro, de um Silva para um Adams; depois, de Luiz Inácio para Luís  
Inácio. Daqui a pouco vão pensar que eu indiquei um filho meu para a  
Advocacia-Geral da União.

Bem, as minhas primeiras palavras são de agradecimento ao  
companheiro Toffoli. Eu lembro que no processo eleitoral de 2002, me parece  
que o Jobim era presidente da Justiça Eleitoral, e um dia o Jobim falou assim  
para mim: “Lula, vocês têm, defendendo a tua candidatura e o Partido, um  
menino muito bom. O Toffoli é um advogado de muita competência”. Foi a  
partir daí que eu comecei a ter mais conhecimento do trabalho do Toffoli. Daí  
ele foi para a Casa Civil, e daí ele foi para a Advocacia-Geral da União.



Eu penso que o importante que o Toffoli fez na Advocacia-Geral da União, primeiro, foi não permitir que vingassem apenas os interesses corporativos da Corporação, mas ao mesmo tempo defender com unhas e dentes os direitos que ele entendia e que os advogados e as advogadas da União entendiam que tinham direito. E não tivemos nenhum problema durante todo o mandato do companheiro Toffoli, porque entre uma boa briga e um bom acordo, nós sempre preferimos fazer um bom acordo, e a Advocacia-Geral da União vive um momento, eu diria, muito importante. Na verdade, na verdade, Toffoli, o Estado brasileiro e sobretudo o Presidente da República se sentem condignamente representados pela Advocacia-Geral da União. Por isso, meus agradecimentos, Toffoli, pelo trabalho que você realizou junto com os seus companheiros.

E você, meu caro Luís Inácio, você vai assumir a Advocacia-Geral da União num momento em que o Brasil vive, possivelmente, um dos seus grandes momentos da história do nosso país. Nós vivemos quase uma espécie de um momento mágico no País, em que você percebe, na conversa com homens e mulheres do Brasil, que já não existe mais aquela descrença no Brasil que existia alguns anos atrás.

Você vai assumir a Advocacia-Geral da União num momento em que a autoestima tem uma prevalência sobre o pessimismo que durante tanto tempo prevaleceu, sobretudo na máquina pública deste país. Eu lembro o quanto a máquina pública brasileira foi ofendida. Quem estava de fora como eu, na época, a gente percebia que todo mundo era marajá, que todo mundo ganhava muito dinheiro e, muitas vezes, utilizava-se o salário do setor público que tinha uma melhor remuneração para jogá-lo contra a sociedade brasileira. Houve um tempo em que o cidadão que ganhasse dez salários mínimos na máquina pública tinha vergonha de dizer que ganhava dez salários mínimos, porque seria acusado de marajá em qualquer esquina ou em qualquer bairro deste país.



Precisou eu chegar à Presidência da República, para perceber que havia o engano do discurso fácil em época de campanha eleitoral, e eu constatei que a máquina pública brasileira era muito mal remunerada, e o salário não condizia com a capacidade profissional da maioria das pessoas que trabalhavam na máquina pública brasileira. As pessoas só querem saber quanto ganha um Advogado-Geral da União, mas não querem saber quantas causas ele ganhou, para evitar que o governo perdesse bilhões e bilhões de reais na justiça.

As pessoas acham que um homem da Receita Federal, uma mulher ganha muito dinheiro, e não se dão conta de quanto o trabalho deles faz com que o Estado brasileiro deixe de perder para os sonegadores. As pessoas muitas vezes acreditam que a máquina pública é composta por pessoas altamente remuneradas quando, na verdade, se a gente for olhar a diferença salarial que o Estado brasileiro paga em comparação com a iniciativa privada, qualquer pessoa de nível superior que trabalhe no Banco Central, no Ministério da Fazenda, na Receita, na Advocacia ou em outras áreas ganharia, certamente, cinco vezes mais trabalhando na iniciativa privada. Fora o tal do bônus que se paga, que a gente nunca sabe quanto é. E aqui se trabalha sem bônus, mas muitas vezes, se trabalha por amor a uma causa que as pessoas acreditam.

Que tem... Eu conheço muita gente que saiu do governo, eu conheço muita gente que saiu do governo e foi ganhar lá fora cinco, seis, sete vezes mais do que ganhava no governo, sem a preocupação de o Ministério Público indiciá-lo, sem a preocupação de alguém dizer que há indícios graves de corrupção naquela decisão, e as pessoas trabalham com a consciência muito mais leve e possivelmente produzam muito mais.

Eu estou convencido de que a Advocacia-Geral da União prestou e prestará um serviço extraordinário neste momento que o Brasil está vivendo. E falo isso sem nenhum problema de mágoa ou de ressentimento, porque estou



deixando o governo daqui a um ano, tenho a convicção de que o governo terminará infinitamente melhor do que entrou, não tenho nenhuma preocupação de comparação do meu governo com qualquer governo que passou, desde que foi proclamada a República. Mas o Brasil está atrasado. Quero dizer para vocês que o Brasil está atrasado. Meu caro Jorge Hage, não é fácil, não é fácil governar um país, um estado e uma cidade com a poderosa máquina de fiscalização que nós temos e a pequena máquina de execução. Não é que o presidente da República tenha que mandar, de forma aleatória, uma proposta para o Congresso Nacional para mudar as coisas. Não. Nós temos que construir alguma coisa juntos, em que a gente não permita [que a gente permita] que quem tem o poder de fiscalização continue fiscalizando e não seja cerceado, mas que a gente permita que quem tem o direito de executar possa executar as coisas neste país.

Eu estou tentando fazer um relatório das coisas consideradas absurdas, para que vocês tenham noção do que nós estamos falando. As coisas mais absurdas, obras, meu caro Zé Múcio, paralisadas durante 10 meses, 8 meses, 5 meses, um ano. E depois, essas obras são autorizadas sem que as pessoas que as paralisaram tenham qualquer indício de punição. Ou seja, quem dá a ordem para fazer está subordinado a todas as leis, e quem dá a ordem para parar não está a nenhuma. E digo isso depois de sete anos de presidente da República, depois de andar como jamais um presidente da República andou, neste país, fiscalizando obras. Porque a verdade, meus companheiros, é que a gente aprende desde pequeno: o que engorda o porco é o olho do dono. E se o Presidente e os ministros não estiverem andando por este país para saber o que está acontecendo, quando muito... quando, muitas vezes, eu pergunto para a ministra Dilma “tal obra está pronta para inaugurar?”, ela fala: “Nem começou”, porque os entraves são demais e porque se parte do pressuposto de que todo mundo é desonesto até prova em contrário, quando o pressuposto deveria ser o de que todo mundo é honesto até prova em contrário. É uma...



Possivelmente – e o ministro Lobão está aqui na minha frente – o setor energético é o setor que vive mais esse problema e a gente tem que ter em conta que [para] produzir energia, a gente tem que produzir cinco anos na frente. Não é na hora em que a gente descobre que não tem. Você tem que pensar cinco anos na frente, e se tivéssemos juízo pensaríamos dez anos na frente. Na hora em que a gente determina quanto o PIB precisa crescer, nós temos que determinar quanto nós precisamos crescer do ponto de vista da energia. E às vezes prevalece, em determinadas circunstâncias, o fundamentalismo e não uma discussão técnica para que a gente possa realizar uma coisa.

É com esses problemas, meu caro Luís Inácio Adams “da Silva”, é com esses problemas que o companheiro vai se defrontar. Obviamente... Eu lembro de uma vez que tinha um problema – não vou dizer onde, mas tinha um problema aí – e o advogado do dito Ministério tinha uma posição contrária. Eu chamei o Toffoli e ele tinha uma posição diferente do advogado daquele Ministério. Eu falei: qual é a prevalência? É o Advogado-Geral da União, que tem que ter o poder de dizer aos seus subordinados o que fazer, ou é o advogado do Ministério que diz o que fazer? E, muitas vezes, prevalece a coisa lá embaixo, muitas vezes. E as pessoas não se dão dimensão do que significa paralisar uma obra no País.

Mais recentemente, eu fui em uma obra em que ela foi parada porque alguém – não vou dizer também quem – imaginou que uma pedra que tinha lá, meio arredondada, era um machadinho indígena. Essa obra paralisou nove meses, nove meses. Depois de nove meses, constatou que era uma pedra comum, e permitiu-se que a obra recomeçasse. Agora, com que direito alguém para uma obra por nove meses? Qual é o custo para a União? Qual é o custo para o País? Qual é o custo para o povo brasileiro? Quantos milhões nós deixamos de ganhar, com aquela obra paralisada?

Eu acho que isso vai ter que mudar. Eu quero dizer para vocês que eu



quero deixar como legado, para quem vier depois de mim, uma harmonização melhor entre essas dezenas de instituições que entre si, às vezes, uma pessoa lá nos confins de um estado qualquer tem mais poder do que o presidente da República, do que uma reunião de Ministérios. Pessoas, às vezes, de quarto escalão resolvem que não pode fazer, e não pode fazer, e acabou. E não existe um fórum. Se for para a Justiça, demora muito tempo, demora aí anos. Ou seja, nós precisamos criar instrumentos em que essas coisas, na hora que decidir... Na hora que alguém entender que uma obra tem que parar, tem que ter uma câmara, alguma coisa de nível superior, tecnicamente inatacável, para decidir, porque senão o país vai ficando atrofiado.

Não é verdade que nós queremos crescer? Não é verdade que nós queremos ter um padrão de vida igual ao que têm os países do Primeiro Mundo? Não é verdade que o Banco Mundial já constata que o Brasil será a quinta economia mundial em 2016? E, para isso, nós temos que nos colocar de acordo com o que nós precisamos fazer, o presidente da República e as instituições brasileiras, porque esse negócio de um remar para a frente e cinco remarem para trás, a gente nunca vai ganhar a medalha de ouro que a gente imagina ganhar no campo do desenvolvimento e da economia.

Eu vim hoje com a roupa impecável, com que eu fiz o discurso para ganhar o direito de trazer as Olimpíadas para o Brasil, em homenagem ao Luís Inácio. Porque como essa roupa me deu sorte nas Olimpíadas, certamente, ela vai me dar sorte no dia da posse do companheiro Luís Inácio.

Parabéns, meu querido. Que Deus te abençoe e te ajude nesta empreitada.

(211A)